

Chamada para trabalhos

Congresso internacional

Saberes, ciências, técnicas e construção do Estado na América Ibérica (1790-1870)

Organizadores :

Annick Lempérière (Université Paris I Panthéon-Sorbonne)

Clément Thibaud (Université de Nantes)

Nas últimas décadas, a história das ciências tem se renovado, marcada pela abertura a espaços extra-europeus, em particular às Américas Ibéricas, e pelo estudo da relação entre saberes e poderes. Um número cada vez maior de trabalhos está acessível, acerca das ciências imperiais, da contribuição das colônias à evolução do conhecimento – em particular no âmbito da história natural –, do período das Luzes e das ligações entre ciências, revoluções e independências nos territórios coloniais. Do mesmo modo, estão em plena expansão pesquisas sobre o papel das ciências e dos saberes na consolidação dos Estados-Nações, a partir do final do século XIX, período que coincide com a afirmação do paradigma positivista e com a integração da América Latina na economia mundial. Contudo, o interesse de pesquisadores latino-americanistas começa apenas a se voltar para o período intermediário que se estende das Luzes ao cientismo. A isso cabe um motivo: a ideia ainda muito comum segundo a qual essas foram décadas perdidas na América Ibérica, seja no campo da construção do Estado, no êxito econômico ou na integração cultural e social de populações em toda sua diversidade.

Desejamos explorar aqui a hipótese inversa e colocar em evidência as modalidades de sobrevivência, transmissão e transformação do legado das Luzes imperiais e coloniais, assim como os processos pelos quais as sociedades latino-americanas, incluindo o Brasil e as colônias espanholas do Caribe, se encontravam, no final do século XIX, prontas para tirar o melhor proveito de todas as consequências do novo paradigma científico, com uma rapidez que deveria nos surpreender.

Reconsiderar a passagem dos “impérios às nações” sob o ângulo das relações entre saberes, ciências, técnicas e construção do Estado, é o objetivo desse congresso. A verdadeira revolução científica tendo se realizado de maneira global das últimas décadas do século XVII até meados do século XIX, coincidindo assim com a era das revoluções políticas e da revolução industrial, cabe indagar como as sociedades ibero-americanas se tornaram parte dessa revolução científica e como essa se articulou com a construção de sua nova organização política em Estados nacionais, com o nascimento de novas formas de administração de territórios e populações, de novas formas de política pública e de ação estatal.

Partindo da idéia que o conhecimento de toda sociedade é o produto da mesma, tentaremos em primeiro lugar identificar atores concretos, individuais e coletivos, de uma história política, social, cultural e material dos saberes na América Ibérica, questões essas que listamos a seguir: qual a contribuição concreta de administradores, políticos e militares, cientistas e desembargadores, publicistas bem como empresários e negociadores, para a produção, circulação e difusão de conhecimentos científicos e técnicos? Em quais redes, em quais espaços de sociabilidade estes debatem e compartilham conhecimentos, e segundo quais os critérios se julgam úteis ao governo e ao crescimento econômico? Quais são os meios sociais nos quais se concretizam as circulações (exílios, viagens de estudo, diplomacia, correspondência epistolar erudita ou administrativa, publicações, etc.) nos espaços nacionais e no espaço euro-americano? Quais tipos de conexão e de intercâmbios existem com os ambientes científicos europeus e norte-americanos? Qual o papel da esfera pública, da opinião e da circulação de documentos impressos na democratização dos saberes – seja a respeito da higiene pública, da máquina a vapor ou do sistema métrico – e quais os seus efeitos nas expectativas quanto ao papel e às funções do Estado? Quais os efeitos, por fim, da aparição desses novos saberes e técnicas sobre as formas de autoridade social, política e religiosa?

Sabendo a que ponto a centralidade e a institucionalização do “Estado” estão discutíveis nesse período, o “Estado” estará aqui entendido de uma forma concreta e plural: o governo nacional, os ministérios com seus burocratas e administradores, os governos dos estados federativos, os prefeitos e chefes políticos das províncias e regiões, os conselhos municipais. O que sabemos dos “saberes de Estado” nesta época? Como as autoridades recolhem informações sobre a população, a produção, a atividade comercial e o território? Como estas autoridades conseguem reciclar e atualizar saberes de Estado oriundos da época imperial, e como nasce a estatística pública? Quais os agentes disponíveis para que o Estado possa reunir esses saberes e, invertendo a perspectiva, de que saberes estes dispõem para levar suas tarefas a cabo? Será que os escriturários tomam iniciativas próprias para melhorar ou reformar a ação das administrações? As grandes “ordenanças” da administração imperial estão aplicadas ou, ao contrário, aos poucos ignoradas, ou reformadas? Como se coloca a questão da eficácia administrativa e como esta se encontra ligada ao envolvimento do Estado na atividade econômica?

Quanto aos saberes, abarcamos um espectro amplo que se estende das ciências experimentais ao conhecimento prático aplicado à mineração ou aos primeiros trilhos de ferro, aos bancos recém criados ou aos latifúndios, até os saberes de governo que são o direito sob suas múltiplas facetas (direito civil, público, internacional, comercial) ou ainda a economia política, o direito e a ciência administrativos. Qual lugar é concedido à institucionalização desses saberes e quais são seus agentes públicos ou privados? Como e por quais atores esses saberes circulam na América Ibérica e no espaço euro-americano? Como se deslocam, concretamente, do âmbito intelectual à ação de governo e ao campo econômico?

Essas questões exigem uma grande diversidade de respostas, através de estudos de caso que privilegiem um ângulo contextualizado, localizado e transnacional das relações entre saberes, governo e construção do Estado.

O congresso ocorrerá nos 29, 30 e 31 de Janeiro 2015 em Paris. Os trabalhos selecionados serão publicados em um livro de autoria coletiva avaliado por um comitê de leitura independente.

As propostas de trabalho (de no máximo uma lauda) devem provir de pesquisas em curso, originais e inéditas, especificando claramente quais fontes primárias são utilizadas no estudo de caso. Deve-se encaminhar também o **currículo incluindo uma lista de publicações do proponente** (duas laudas no máximo). As propostas devem ser encaminhadas **até o dia 31 de maio de 2014** a: Annick Lempérière (annick.lempriere@orange.fr) e Clément Thibaud (clement.2thibaud@wanadoo.fr), em uma das línguas do congresso: espanhol, francês, inglês, português.

Os custos com a estadia em Paris (quatro noites num hotel) ficam a cargo do comitê de organização do congresso, para um autor por trabalho. O pagamento das passagens será examinado caso a caso.